

NOTAS SOBRE A COMUNIDADE DE ITABORAÍ DO MEIO MENINO DEUS, MORADA DAS MULHERES MARUPIARAS DA AMAZÔNIA

Geórgio Ítalo Ferreira de Oliveira¹

Lívia Maria Camilo dos Santos²

Renan Albuquerque³

Resumo: Este estudo tem como objetivo compreender as transformações no trabalho de mulheres de uma comunidade de várzea amazônica, Itaboraí do Meio Menino Deus, lugar historicamente conhecido como refúgio de negros escravizados. Atualmente, é morada de mulheres que vivem a partir do protagonismo de seus saberes e fazeres diários. O artigo está estruturado em: contexto da pesquisa; metodologia; resultados e discussão. Avaliamos conjunturas inerentes a contradições no movimento laboral remunerado, que gera autonomia às mulheres, mas também aumenta a carga de atividades dentro e fora de casa. Partindo de vozes e realidades interpretadas, identificamos avanços e retrocessos desse movimento.

Palavras-chave: Comunidade; Gênero; Trabalho.

Abstract: This study investigates the work changes experienced by women from an Amazon community, Itaboraí do Meio Menino Deus, a place historically known as a refuge for enslaved Blacks. Today, it is home to women who live and support themselves based on their knowledge and daily work. The article is structured as follows: research context; methodology; results and discussion. We evaluate contradictions in the paid labor movement, which promotes autonomy for women but also increases the load of activities inside and outside the home. Based on interpreted voices and realities, we identify advances and setbacks in this movement.

Keywords: Community; Gender; Work.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição- NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia, Professor da Universidade do Estado do Amazonas, Brasil. E-mail: guerreiroajuricaba31@hotmail.com. Orcid: 0000-0001-7837-9047

2 Doutora em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. E-mail: limac62@hotmail.com. Orcid: 0000-0003-4941-7096

3 Doutor em Sociedade e Cultura da Amazônia, Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas, Brasil. E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com. Orcid: 0000-0002-3923-9938

1 Contexto do estudo

Ouvimos mulheres que vivem em uma comunidade amazônica de várzea e que foram silenciadas, subalternizadas e sabotadas pelo patriarcado, que, assim como nas demais regiões do país, representa o sistema social vigente nas regiões longínquas da Amazônia. A comunidade do Itaboraí do Meio Menino Deus foi, no passado, lugar de refúgio de negros escravizados e pode ser interpretada como um entre-lugar (FEITOSA, 2008), ou seja, um lugar de passagem em busca de liberdade.

Menções ao Itaboraí estão presentes em documentos e publicações do início do século XX. Isso demonstra o quanto é antigo o agrupamento populacional nessa região de várzea amazônica, localizada à margem esquerda do rio Amazonas, distante 40 quilômetros do município de Parintins, divisa com o estado do Pará, Norte do Brasil. Etimologicamente, em tupi-guarani, “*ita*” significa pedra e “*borá*” quer dizer bonita. A comunidade foi erguida em cima de solo quaternário e contava, em março de 2019, com 283 moradores distribuídos em 46 famílias, tendo um centro educacional para atender sua demanda. A escola funciona com calendário especial por conta da várzea, dispondo de três professores, todos com graduação, e 116 alunos.

No processo de formação do pequeno povoado da costa do Itaboraí, segundo relatos de moradores (ALBERTI, 2011), houve participação de famílias negras, emparentadas com povos indígenas habitantes dessa extensão de terra alagadiça do Médio Amazonas (CERQUA, 2009). Acrescentamos na perspectiva dados provinciais que destacam haver, na época, na região de Vila Bela da Imperatriz (Parintins, estado do Amazonas), práticas escravocratas, com plantéis (de negros) consideráveis. Em *Memória do município de Parintins* (BITTENCOURT, 2001, p. 77) é comentado.

Dos “Extractos de Relatórios da Presidência do Pará de 1849 a 1852”, consta que o número de escravos em Parintins, ano de 1848, era de 77. Em 1859 esse número é elevado a 102 com os nascimentos e novas entradas. Dois anos depois, em 1861 essa quantidade subiu a 263, em todo o Município. Em 1869 baixou aquele algarismo para 149, naturalmente devido as saídas e aos falecimentos. Em 1873 existiam somente 80. Segundo o quadro nº 4, junto ao Relatório da Presidência de 26 de maio de 1877, o número de escravos em Parintins era de 117. Em 1881, elevava-se a 134, decrescendo em 1884, para 131. Neste ano deu-se a abolição total na Província.

Pesquisas recentes apontam o fato de que na época havia prática escravista na região de Parintins, no Amazonas, e em lugares próximos, segundo referências e relatórios provinciais (COSTA, 2014, 2016). São atestados lugares e quantidade de pessoas escravizadas (plantéis) no Médio Amazonas. Em 1859, com base em relatórios da província, percebe-se que a quantidade de escravos da região de Parintins teve acréscimo razoável, talvez por causa do tráfico interprovincial e dos nascimentos. O disposto pode servir de hipótese para a ideia de que famílias negras tenham se estabelecido na região do Itaboraí por contingências históricas e sociais.

É claro que as contingências foram construídas em razão de necessidades e projeções de futuro. Nesse ínterim, situamos a Revolução Cabana⁴ na Amazônia. A extensão de terras onde se situa Itaboraí era posição estratégica no contexto das táticas de luta antiescravista e, conseqüentemente, foi refúgio e esconderijo, ou mesmo lugar de pousio e passagem a agrupamentos rebeldes. Agrupamentos (aglomerações/formações) de povoados negros, alcunhados de quilombos ou mocambos, foram os primeiros movimentos anarquistas do Brasil República e representantes das centelhas de liberdade no que se refere à formação de redes de solidariedade e proteção no bioma tropical.

A segurança do lugar foi condição de escolha da estadia. O Itaboraí, de difícil acesso (e não por acaso), formou-se por estar localizado para além de cachoeiras a montante, já próximo à cabeceira do Andirá. Ao surgir na margem esquerda do Rio Amazonas, formava-se por terras de várzea afeitas a práticas agrícolas e ao comércio. À margem direita, não distante, é nítido perceber a elevação de terras da Serra de Parintins e da Serra da Valéria, desníveis firmes, onde esconderijos poderiam ser mais bem construídos.

A construção do estudo sobre Itaboraí do Meio Menino Deus se deu a partir de etnografia, de 2016 a 2020, entre esparsas visitas à comunidade, ao longo de jornadas temporais e conversas com parentes e moradores do local. Reavivamos o anseio de escrever sobre narrativas apuradas em âmbitos locais de vida. Antes disso, no ano de 2015, tivemos conversa informal com a professora Vânia Maria de Matos Santos, moradora do lugar, educadora quilombola, que pontuou situações a respeito da comunidade e incentivou que fosse realizado trabalho sobre o local. No decorrer dessa

4 Cabanagem foi uma revolta popular e social ocorrida durante o Império do Brasil de 1835 a 1840, influenciada pela Revolução Francesa, na antiga Província do Grão-Pará comandada por: Félix Clemente Malcher, Antonio Vinagre, Francisco Pedro Vinagre, Eduardo Angelim e Vicente Ferreira de Paula.

conversa, notamos questões importantes sobre o surgimento da comunidade e a presença afrodescendente no processo de nucleação do povoado.

Somando-se a essa conjuntura, temos que, em 6 de janeiro do ano de 2020, dia de Santos Reis, a comunidade do Itaboraí foi visitada e houve reencontro de reminiscências. Após essa notabilidade, decidimos escrever a respeito da experiência memorial porque notamos que o conhecimento sobre os modos de vida itaboraiense baseava-se em todo um conjunto de representações. Assim, cabe destacar que, ao logo do trabalho de campo, foram coletadas narrativas sobre a formação de sociedades amazônicas e, inclusive, uma das pessoas coautoras do estudo⁵ se reconheceu pertencente à tradição histórico-cultural a que nos reportamos.

2 Metodologia

Foi realizado estudo qualitativo, por etnografia continuada, longitudinal, com observação participante. A pesquisa de campo foi feita mediante vivência imersiva com adultos e jovens de Itaboraí e por meio de entrevistas semiestruturadas, guiadas pelo viés da formação da comunidade e dos seus modos de vida. Focou-se, especialmente, nas narrativas de duas mulheres, líderes, que compõem esta exposição (RIBEIRO, 2017).

Vânia Maria de Matos Santos, 62 anos, professora, diretora, ex-presidente da comunidade e articuladora, foi referência inicial para o desenvolvimento do estudo porque possui importância capital no âmbito das relações com as demais pessoas da comunidade, além de experiência na contação de histórias de constituição do lugar. Cristiane Silva Ribeiro, 32 anos, pescadora, associada e membro da Mesa Diretora do Sindicato de Pescadores do Estado do Amazonas (SindPesca), representante das cinco comunidades rurais de várzea do Itaboraí, foi escolhida pela sua alta inserção social entre diferentes públicos do lugar (SILVA, 2004).

Foi utilizada ação de *rapport*⁶ para a familiarização com essas pessoas, que colaboraram com suas narrativas em razão da temática abordada. Também nos ajudou o saber contextualizado de outras pessoas da comunidade, apesar de não termos optado por gravar entrevistas nesses casos.

5 A pessoa descobriu-se tetraneta de um dos integrantes do movimento da Cabanagem, que, via atos de Descimentos, efetivou atividades de resistência. A pessoa possui ascendência indígena e origem negra e notou que seu interesse pela comunidade do Itaboraí passou de científico para orgânico, umbilical e histórico.

6 *Rapport*: *rapporter*, em francês, significa “trazer de volta”. A técnica consiste em criar uma relação de empatia e troca com a pessoa entrevistada.

Adotou-se o diário de campo como instrumento fundamental e estratégico de registro de dados. Com o aporte, foi possível realizar uma leitura crítica sobre o material coletado. Tendo em vista que a temática da presença negra está longe do nível de saturação na mesorregião do Baixo Amazonas, nosso objetivo foi organizar dados e buscar variáveis de sentido e complexidades correlacionais.

A ação ocorreu dentro de um processo de organização de narrativas e informações, via aprofundamento de conteúdos com similaridade de frequência, buscando padrões de repetição e emergência objetiva e subjetiva. Nesse processo, foram se sobressaindo, com muita intensidade, as vozes dessas duas lideranças marupiaras da região. Assim, notamos que a importância de suas lutas residia exatamente no conjunto de histórias, contradições, avanços e retrocessos vividos por elas.

3 Resultados e discussão

As vozes marupiaras⁷ na várzea amazônica

○ Itaboraí é comunidade de várzea que possui algumas especificidades. Suas terras ficam inundadas por aproximadamente seis meses do ano. Apesar disso, moradores e moradoras não abandonam as casas. É improvisada a elevação da morada, pondo assoalho sobre assoalho, com estocagem de alimentos e, com isso, a um só tempo, dá-se a reação à adversidade e a resposta às intempéries. A origem negra do lugar manifesta-se fortemente na tez de uma parte de seus moradores. Alguns se reconhecem como afro-descendentes; e outros, mesmo aparentando o biotipo negro, não reagem da mesma forma. O depoimento não afirmativo sobre a ancestralidade, podemos supor, talvez se deva a silenciamentos que a sociedade nacional aplica historicamente a negros e indígenas ao longo de séculos.

Também consideramos o processo de eugenia e embranquecimento praticado na Amazônia Central, extensa porção de terra onde se localiza Itaboraí. Eugenia e embranquecimento muito interferiram na formação identitária do amazônida ali presente. Na Villa Bella, atual região de Parintins (um dos maiores polos urbanos da Amazônia Central), há pouquíssimos lugares de memória (POLLAK, 1989, 1992) que aludem à presença negra nessa porção amazonense. Para Oliveira (2017, p. 37), especificamente

7 Marupiara: diz-se de pessoa que tem sorte na caça ou na pesca.

“na região de Villa Bella da Imperatriz (Parintins), identificou-se [apenas] um local onde negros fugidos se amocambavam”. O que significa dizer que o registro memorial é rarefeito para a localidade em questão.

“É perceptível a identificação de comunidades cujos topônimos fazem menção à presença negra na jurisdição: Mocambo do Arari, Terra Preta do Andirá, Ilha de Santo Antônio dos Cativos” (OLIVEIRA, 2017, p. 37). Para Oliveira, como vimos, o Itaboraí parece ter sido um ponto fora da curva, ou seja, uma região que fugiu à regra. Quanto ao suposto, uma das nossas entrevistadas é enfática em afirmar que sabe da formação da comunidade e se recorda dos primeiros moradores que se reuniram para formar o lugar. Dona Vânia comenta:

Lembro das famílias que eram moradoras mais ali pra baixo, que eram os Vasconcelos. Tinha também a família dos Prata, a família dos Santos. Essas famílias eram descendentes de negros. Inclusive faziam aqueles portos, né, pra vender a madeira e dar funcionamentos às lanchas. Elas [as lanchas] eram na época funcionadas através das caldeiras, né? Então muitas dessas famílias hoje se encontram lá na Valéria. A família do Xavier, que foi uma mistura de negros com índios, reside na Valéria, e eles trabalham com aquelas caricaturinhas, trabalham com artesanato, entalho. É barro também, é argila. Trabalham, tipo assim, com esses materiais. A alimentação era também adequada à realidade deles, como descendentes, porque tinham a mandioca, a macaxeira e o milho. Assim como o Itaboraí explorou essas produções, e também o feijão e a pesca. Da mandioca, sabe, é que mais eu admiro. Ainda participei várias vezes. Eles, da mandioca, faziam o caiçuma, que também era um tipo de alimentação criada pelos negros e pelos índios. Tinha o tarubá também. O caiçuma é o mesmo pagiroba. As vasilhas, e isso é importante visualizar hoje dentro da cultura amazense e principalmente parintinense, as vasilhas, as louças, elas eram trabalhadas pela mão do próprio negro, pelo próprio índio. Eram os alguidar, que hoje se chamam de bacias, né? As bacias de barro eles faziam. Os potes, as bilhas e também as talhas. Dentro dessas talhas eles colocavam o pagiroba, entendeu? Era nas vasilhas que armazenavam o pagiroba pra usar como alimento nos dias de mutirões. Isso é importante da gente saber valorizar, até porque quase a gente não ouve mais falar. Mas, de repente, se você fizer uma acareação e encontrar esses artesãos você ainda encontra os filhos, os netos, que sabem algo dessas culturas, sobre essas alimentações (DONA VÂNIA).

Dona Vânia procura nominar as famílias negras que moravam no Itaboraí e os descendentes que ainda moram, bem como os que migraram para a cidade de Parintins, mas não se esqueceram dos seus vínculos com a comunidade. Ela também sugere que famílias de origem negra trabalhavam

na agricultura, mas principalmente na extração de madeira em forma de cavaco ou lenha, assim como mandioca. Há que se destacar a venda de lenha ou cavacos a embarcados em navios a vapor, que subiam e desciam o rio Amazonas, por meados do século XIX e início do século XX. Dona Vânia prossegue e nomina mais famílias negras do Itaboraí.

Deixa eu ver que famílias mais eu posso citar dos negros que tinha [...] Tinha os Pires. Os Pires também vieram dos negros e aqui a gente ainda tem alguém dessa família, apesar de que muitos já se foram, mas os filhos a gente ainda vê por aqui pela comunidade. Seu Arinos Pires, lá na Valéria, que também é filho aqui do Itaboraí. Você vai encontrar o seu Hermínio Pires também. Tem o Nestor Pires. Acho que os três ainda moram aqui [na comunidade de Itaboraí]. Agora, dos Melo, ainda são sobreviventes o tio Raimundo e a tia Joaquina, né? Eles são e nós também somos descendentes dos negros. Por isso que muitos de nós os cabelos são enroladinhos, entendeu? A gente ainda tem um pouco deles. Da família Pantoja a gente ainda tem Daniel Pantoja, tem o Raimundo, tem a Ana Maria, tem o João, João Pantoja, tem o Zé Nilton. Todos esses são membros da família Pantoja, dessa família antiga que se estabeleceu aqui há muitos anos, e a gente pode ressaltar também o professor Dutra. Ele é desta família, é descendente dos Pantoja (DONA VÂNIA).

A entrevista com a professora Vânia Matos acrescenta elementos interessantes no contexto do que já se produziu sobre a temática negra na região de Parintins, incluindo Itaboraí. São falas que orientam indagações acerca da formação de comunidades negras do Baixo Amazonas (na Amazônia Central), de descendentes de pessoas antes escravizadas ou cativas. São vozes que demarcam conhecimentos adquiridos com a vivência do próprio corpo e revelam o lado não dominante da história. São falas que não encontramos em livros didáticos, escritos majoritariamente por homens brancos, por exemplo.

Essas memórias nos orientam, inclusive, a compreender em que medida redes de solidariedade foram montadas em ambientes domésticos do Itaboraí. Essas redes, de convivência diária e troca de memórias remanescentes da tradição do lugar, apontam para o fato de que as organizações em parentela cruzada contribuíram para a constituição de lideranças femininas na economia da comunidade de Itaboraí. Cabe ponderar sobre isso porque o cruzamento parental a que nos referimos diz respeito à escolha de primas, cunhadas e comadres em uma mesma conjuntura de organizações do lar e da pesca.

Inferimos que o compadrio (OLIVEIRA, 2017), categoria inerente à constituição dos cenários de trabalho e ambiente doméstico na comunidade em destaque, possibilitou que mulheres compartilhassem suas histórias e se projetassem nos cotidianos das lutas por reconhecimento e emancipação de Itaboraí, ainda antes de 2013, quando efetivamente se deu o registro do lugar como comunidade quilombola. Nesse sentido, portanto, concordamos com Federici (2017, p. 53): “nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres”. O compadrio (PINHEIRO, 2001, 2002; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2017) impulsionou as mulheres a buscarem, em outros espaços, autonomia para suas vidas, substituindo, portanto, o trabalho doméstico, não remunerado, por lugares anteriormente reservados a homens: ambientes de pesca e trabalhos com ganhos financeiros importantes.

Com isso, notamos que houve um deslocamento positivo e potente de um lugar de opressão, historicamente reservado a elas, para uma seara ampla, diferente, integrativa e inclusiva. Antes, eram consideradas incapazes de realizar o trabalho braçal, restando-lhes o papel de meras ajudantes de cônjuges, sem direito a proventos e valorização laborativa para ocuparem o lugar de trabalhadoras. Depois, reivindicaram seus direitos, de fato, como autônomas, autoras e organizadoras de seus modos de vida, fazendo valer a conjuntura própria do lugar, uma conjuntura histórica.

As vozes marupiaras foram ouvidas no instante em que se uniram e reivindicaram espaços de fala (SPIVAK, 2010), com o objetivo de mudar a perspectiva ultrapassada que secundarizava a importância laboral da mulher em comunidades amazônicas. Essa visão tem herança ancorada na lógica patriarcal de domínio da produção alimentar, quando, antes, os atos de prover e manter a família eram historicamente reservados a homens. As marupiaras interromperam essa corrente quando assumiram o trabalho braçal e passaram a prover o sustento de suas famílias. Foi esse processo que forçou o lapso temporal de fortalecimento e potencialização das lideranças femininas do Itaboraí.

É oportuno comentar, entretanto, recuperando o momento histórico, que antigamente o papel das mulheres no período em que ocorreu a grande depressão econômica no Amazonas, dos anos 1920 aos anos 1950, foi de importância ímpar, uma vez que elas foram para a *front* de batalha da economia informal, fortalecendo sobremaneira as finanças do Estado. Já naquela

ocasião, como no presente, as mulheres da Amazônia não se enquadravam na categoria das que “trabalhavam menos” ou “só ajudavam” (e não trabalhavam). Pelo contrário, ao conquistarem estatuto ético de trabalhadoras, sem espaço para qualquer relativismo, foi impossibilitada qualquer tentativa de inferiorização sobre elas.

Na comunidade do Itaboraí do Meio Menino Deus, as mulheres passaram a ilustrar um papel que não se via na vastidão amazônica há tempos, pois, em outras épocas, algumas funções, como a atividade de pesca, eram realizadas tradicionalmente por homens. Ao serem realizadas também por mulheres, foram recuperadas atividades de (1) fazimento de malhadeiras, (2) de tarrafas e chumbada, (3) controle e organização de pescaria em lagos e rios, bem como (4) estratégia de pós-pescaria, caracterizada pela venda do pescado a barcos comerciais vindos do Pará, eliminando atravessadores que quisessem lucrar com seus trabalhos.

Portanto, fica registrado no trabalho o questionamento a respeito do quão emancipador pode ser para essas mulheres o ingresso no mundo laboral. No contexto amazônico, mais especificamente na comunidade do Itaboraí, citamos que a atividade da pesca era tarefa especificamente masculina e a mulher, em seu ciclo menstrual, sequer podia tocar nos instrumentos da pescaria dos cônjuges (malhadeira, tarrafa, zagaia etc.). No senso comum das comunidades tradicionais amazônicas, essa atitude trazia má sorte, a conhecida “panema”.

Em comunidades amazônicas de Parintins, macrorregião onde se localiza o Itaboraí, o mito da panema não se aplica somente ao fato de a mulher se “aproximar” dos arreios de pesca, mas também permeia a consciência coletiva de povos tradicionais. Em relatos orais, foi mencionado que quando um homem mantém relação íntima com uma mulher no ciclo menstrual, suas ações de trabalho tornam-se infrutíferas. Seja na pesca, roçado, caça ou venda de produtos, ele se torna impuro e seu paneiro se torna panema (azarento).

Na tradição oral da região de Parintins, há a crença de que a panema traz maus fluídos para a pescaria dos homens. Mas, paradoxalmente, no âmbito da própria contação de história, é por meio da mulher e de suas rezas e defumações, juntando-se à espinha dorsal de peixe a apetrechos de pesca, que homens pescadores podem ser libertados da panema. Desse modo, a própria injunção da narrativa perpassa pela mulher para a retomada da sorte, ou seja, para o fim da panema. O trabalho de quebra da corrente de

azar é denominado de encanto marupiara. Ao realizá-lo, mulheres devolvem a sorte roubada de seus companheiros ou parceiros (com muita sorte na caça, na pesca e na agricultura).

Na comunidade pesquisada, ainda que seja uma terra de várzea, onde na enchente o rio Amazonas mostra força magnífica, as famílias atingidas não migram para a cidade de Parintins e permanecem no mesmo local pelos longos seis meses em que a planície amazônica está inundada. Elas buscam alternativas de sobrevivência, seja no cultivo de hortaliças e leguminosas ou na criação de aves e, ainda, na pesca – atividade que tem se destacado ao longo dos anos e apresenta um considerável superávit, além de contar, cada vez mais, com a participação feminina no processo laborativo.

Nessa comunidade amazônica, as mulheres passaram a desempenhar um papel de destaque no que tange ao centralismo mantenedor de famílias. Como agentes e provedoras, são reconhecidas como pilares da casa. Todavia, não nos esqueçamos, o trabalho doméstico continua sendo uma exclusividade delas. Nesse sentido, em vez do reconhecimento de suas potências e valorização das mulheres, continua-se com a sobrecarga de trabalho sobre elas, que está vinculada ao modelo capitalista, uma vez que o trabalho doméstico não remunerado contribui fortemente com a sustentação e acumulação de capital.

“[...] Encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias” (ARRUZZA, 2015, p. 48). Se, por um lado, a mulher agora é autônoma, em termos econômicos, por outro, ela continua sendo responsabilizada socialmente pela execução das tarefas domésticas, sem remuneração alguma, o que a mantém em uma relação ainda traiçoeira na esfera da divisão sexual do trabalho.

Aparentemente liberta, historicamente submete

O paradoxo contido nesse subtítulo não é exclusivo das mulheres da comunidade em questão. Sabemos que há uma luta histórica pelo deslocamento libertador das mulheres de um lugar de menor valor, de submissão, de apêndice do homem no mundo do trabalho, para um campo progressista e de igualdade. No entanto, ainda existe um longo caminho pela frente, uma vez que o processo de reconhecimento e conquista de novos espaços traz à tona contradições enraizadas na sociedade patriarcal, que também é dividida

em classes. Não é fácil mudar essas redes tão enrijecidas de controle e dominação de uns em troca da pauperização moral e financeira de outras.

Na comunidade do Itaboraí, mulheres se encontram em diferentes ocupações: são professoras, trabalham na época da vazante no roçado e em geral na atividade da pesca. No entanto, é preciso atentar para a forma como a apropriação do trabalho feminino tem ocorrido nesse território, sem cairmos em qualquer ingenuidade ou idealização (FEDERICI, 2017) do processo de transformação que acontece no âmbito da divisão sexual do trabalho em Itaboraí. Nessa comunidade, há uma residência conhecida entre os comunitários como “Casa das sete mulheres”. Foi nesse lugar que as entrevistas foram gravadas, em meados de janeiro do ano de 2018 e sequencialmente.

No primeiro contato, em uma conversa informal e bastante franca, percebemos que elas demonstram um grande orgulho de sua profissão. Segundo Cristiane, uma das entrevistadas com quem mais tivemos contato e que exerce a profissão de pescadora desde os 12 anos de idade, ofício ensinado por seus pais, o relatado é o que segue:

Eu agradeço primeiramente agradeço a Deus e me orgulho por minha mãe ter me criado, assim como ela se criou no trabalho na pesca e eu me sinto feliz por nós estarmos dentro da nossa comunidade, onde é uma área que a gente vive bem e convive. Não tem risco de nada como na cidade. Diferente como no interior e na cidade, mas a gente vive uma vida tranquila, graças a Deus. O peixe a gente não compra, vai pescar; a verdura a gente não compra. A energia pra guardar os produtos da gente já tem. Já favoreceu mais ainda depois que veio o Luz para todos pra cá. Tudo isso a gente se sente feliz. A dona Vânia é uma pessoa que hoje lutou por nossa comunidade e luta como sempre. Ela nunca deixou ou abandonou a comunidade. Ela sempre foi uma pessoa até agora que ainda vive com os pés direitos firmes, para que aconteça tudo que ela deseja para nossos filhos ou até mesmo nós, mãe e pai, que existem na comunidade. Até mesmo em mutirão, pra trabalho na comunidade. Na festa do “Menino Deus” tem as noitadas do pescador e agricultor. A noitada do pescador eles fazem as oferendas e na noitada dos pescadores eles se reúnem e compram. Aí então tudo isso já é uma ajuda para a comunidade porque quem mais tem que olhar pra nossa comunidade somos nós, comunitários. Então a gente se sente feliz e se orgulha por estar aqui na beira do Amazonas. Como podemos dizer, assim, graças a Deus somos ricos, porque nós temos nosso peixe, temos nossa água do rio Amazonas e por isso nos sentimos felizes (CRISTIANE).

A entrevistada se especializou na prática da pesca porque entendia a atividade como profissão e potência, e não como mera atividade sazonal.

Por isso, as mulheres pescadoras do Itaboraí, assim como Cristiane, montaram uma infraestrutura que atendesse às suas necessidades no que tange à logística, pois no período da enchente o transporte do pescado é executado por barcos, rabetas e canoas, que descarregam todo o peixe conseguido nos microportos das casas. Na época da vazante, por exemplo, as distâncias aumentam e transportar utilizando apenas a força física é algo desumano. Dessa forma, no caso de Cristiane e suas irmãs, elas usavam cavalos e carroças para o escoamento do produto bruto.

Ela destacou ser uma das associadas do Sindpesca e que seu trabalho obedece a regulamentações do governo federal. A pescadora exerce função de liderança, segundo ela, representando comunidades da conhecida “Costa do Itaboraí”, localizada na margem esquerda do rio Amazonas, na Amazônia Central. A atividade da pesca envolve todas as mulheres das casas do Itaboraí, além de crianças e adolescentes, que aprendem e praticam. Sobre o assunto, a participante de nossa pesquisa comenta:

É um trabalho que não é de hoje que a gente exerce. Não é só eu. Tem outros sócios também que trabalham da pesca aqui. Tem o seguro do pescador, que recebe quatro meses por ano, mas isso é de bom também. Também como é o nosso peixe [bom para todos], que a gente tira pra sobreviver, pra comprar o nosso alimento, que dá até pra doenças também [o dinheiro advindo da venda de peixe]. A gente guarda dinheiro porque não sabe o dia, né? Isso também, graças a Deus, é bom e eu me orgulho por ser pescadora. Eu entendo de tudo. Vou consertar, tecer malhadeira, eu vou para os lagos. Nós temos nossos cavalos e no tempo do verão é muito longe, mas nós já temos nossos cavalos que vão e levam a gente e trazem as malhadeiras, trazem os peixes. É por isso que eu agradeço, por entender de tudo, que, no interior, é como diz a mamãe: que é “difícil ter uma pavulagem, dizer que eu não sei isso não sei aquilo”. Como que nasceu e se criou e viu o trabalho do pai e da mãe fazer? E dizer que não sabe? Não, graças a Deus, que me orgulho por ser mulher eu sei tecer, sei tarrafear e, graças a Deus, eu me sinto bem com o trabalho da pesca e associada também. E eu faço parte como membro da diretoria do sindicato, e eu que represento a nossa classe de pesca aqui do Itaboraí. E eu que represento as comunidades: Boa Vista, São José, Boa Vista e Menino Deus, que é a nossa comunidade, além da [comunidade] de Imaculada (CRISTIANE).

No discurso de Cristiane, notamos a capacidade de articulação e liderança dentro de sua comunidade rural, bem como de suas irmãs, também associadas ao Sindicato Rural de Parintins. Dentro dos sindicatos, pescadoras e agricultoras do Itaboraí ocupam lugares de representatividade

(SAFFIOTI, 2001), sendo as pescadoras do Itaboraí mulheres decididas e que valorizam o fruto do trabalho, segundo elas afirmam. Vendem pescado e hortaliças a preço justo para embarcações entre os estados do Amazonas e Pará, pois, segundo a narradora, em Parintins, atravessadores muitas vezes querem apenas explorar pescadoras desavisadas, mas as mulheres buscam fazer valer a justiça na precificação dos produtos.

Acrescentamos, também, que elas administram seus patrimônios de modo direcionado (SOUZA, 1997, 2015), sem interferência de homens, pois são donas de seus próprios negócios e finanças, o que representa uma importante conquista em relação à autonomia dessas mulheres (SOUZA, 2017a, 2017b). O disposto mostra a força familiar no reconhecimento e na consolidação do trabalho em termos gerais; e comunitários, de uma maneira agregada.

Reiteramos ainda que, de acordo com Cristiane, após políticas do governo federal, de 2013, voltadas para a intensificação do programa Luz para todos, o armazenamento do pescado foi facilitado. Há dez anos, o peixe era conservado à base de gelo, trazido da cidade de Parintins semanalmente, dificultando a organização e o fortalecimento laboral das mulheres (STOLCKE, 1980). No entanto, os projetos sociais estão estagnados desde o governo Temer.

Nós não vendemos para atravessadores e graças a Deus até facilitou [na época] porque na cidade eles não valorizavam nosso suor. Lá eles querem quase de graça. E nos arriscamos a ser picadas por cobra, arriscamos a ser mordidas por um jacaré e tudo. Lá na cidade, a gente entregava por 2 reais ou 3 reais e aqui não. Porque aquelas balsas passam e graças a Deus ajudou. Por aqui, a gente entrega não por quilo, mas por cambada e a gente tem que valorizar o nosso suor; a gente tem que procurar o local mais favorável pra vender o nosso produto. Você acha que vamos vender de 1 real ou 2 reais? Não! Nós vendemos por 5 [reais]. Claro que temos que nos valorizar, somos nós então que apanhamos de carapanã. Vendemos também o nosso cheiro verde e levam tudo mesmo, graças a Deus [...]. O Luz para todos melhorou ainda mais, né? porque toda semana o Ivan trazia pra gente quatro sacas de gelo, toda semana da sexta à segunda-feira. Agora não, porque nós temos o freezer ligado à energia e pronto. Aqui está bem, graças a Deus, e agora diz esse ano a dona Vânia que fez reunião pra gente ganhar água, e a gente está feliz, ainda feliz mesmo porque tempo de verão você sabe que o rio é lá, aí a gente carrega água [...]. A gente também estava reformando o motor até pra isso, pra pesca. Nosso motor. Mas não é pelo banco, é pelo que nós batalhamos mesmo. Temos um casco de 11 metros que está na reforma só pra esse trabalho da pesca. Aí nós temos nossa bajarinha, também. Mas aqui nós não pescamos

mais fora. Nós pescamos mais na beira. Pomos as malhadeiras aqui e de vez em quando vamos ver. Nossa batalha é diária (CRISTIANE).

Com a narrativa, notamos que a mulher amazônica vem rompendo limites que foram estabelecidos historicamente pela estrutura patriarcal, a qual insistiu sempre em condená-la ao trabalho doméstico não remunerado. Como podemos notar pelos relatos e pela sistematização deste texto, a tradição da pesca na comunidade foi construída por gerações de mulheres e se intensificou nos últimos tempos devido a uma série de mudanças estruturais e políticas, como o advento de energia elétrica para o local e a inserção do público feminino no contexto da pesca. Cristiane, por exemplo, além de ser mãe, conseguiu se reinventar enquanto profissional, encontrou sua liberdade e valor enquanto ser humano, principalmente fora do casamento, o que a impulsionou a conseguir sua independência financeira a partir de seu próprio trabalho.

A conjuntura de mudanças foi uma grande conquista ao processo de emancipação das mulheres itaborienses, analisada a partir do caso de Cristiane, uma das líderes do lugar. No entanto, reiteramos um questionamento importante: sendo mãe, trabalhadora, doméstica, como ficam organizadas as funções dessa mulher? A maternidade já seria suficientemente exaustiva para ela. Agora, além de gerenciar a casa, limpar e maternar, ela trabalha “fora”. Além disso, é importante que nos atentemos ao fato de que cargos ocupados por mulheres negras e pobres na sociedade de classes brasileira ainda ficam restritos, majoritadamente, a trabalhos braçais, atividades manuais, que envolvem força física e exploração do corpo.

Apesar de, felizmente, termos uma professora como uma de nossas participantes, estudiosa de sua comunidade, com experiência de vida e contexto social, as profissões consideradas de maior prestígio pela sociedade, e que possuem maior remuneração, ainda parecem ser destinadas a homens e parte das mulheres brancas. Na análise, todavia, a maioria das mulheres que conseguiu entrar para o mercado de trabalho abriu caminho por meio da força física. Como apontam Costa, Oliveira e Porcaro (1983 apud Gonzalez, 2008):

[...] algumas questões impõem-se à nossa reflexão. A primeira delas diz respeito à situação da mulher negra no interior da população economicamente ativa, a sua inserção na força de trabalho. Como os trabalhadores negros (92,4%), as trabalhadoras negras concentram-se, sobretudo, nas ocupações manuais (83%), o que significa que quatro

quintos da força de trabalho negra têm inserção ocupacional caracterizada por baixos níveis de rendimento e escolaridade. Trabalhadoras negras encontram-se alocadas em ocupações manuais rurais (agropecuária e extrativismo vegetal) e urbanas (prestação de serviços), tanto como assalariadas quanto como autônomas e não remuneradas. Já a proporção de mulheres brancas nas ocupações manuais é bem menor: 61,5%. (COSTA; OLIVEIRA; PORCARO, 1983 apud GONZALEZ, 2008, p. 40).

O texto acima traz implicações importantes, relacionadas ao suposto “lugar reservado” no mundo do trabalho a mulheres negras, algo que inexistente de acordo com a justiça social. Trouxemos o indicado porque é fundamental se contrapor a esse tipo de construção em meio a uma sociedade em mudanças, ainda dotada de preconceitos e de viés escravocrata —como é a comunidade de Itaboraí. A alusão, contextualizada em relação às mulheres marupiaras, mostra que não existe qualquer tipo de servidão voluntária nesse caso, porque esse tipo de voluntarismo é inconsciente e responde por um modelo mental de desinformação e ódio, dentro de uma ordem de poder (BOÉTIE, 2017).

O espectro de poder insano que afirmamos, em relação às marupiaras da comunidade, e que leva pessoas a criarem problemas relacionados à liberdade, deixa de ser perceptível em Itaboraí na medida da resistência e do enfrentamento, que hoje cresceu bastante a partir da pesca. A citação seminal de Costa, Oliveira e Porcaro (1983 apud GONZALEZ, 2008), por exemplo, sugere uma constiuição de escalas de autoritarismo que domina o mundo do trabalho e como isso se estende a outras dimensões da vida cotidiana das mulheres. Essa realidade, evidentemente, é pensada ainda de maneira mais acentuada para as trabalhadoras pescadoras negras e pobres da Amazônia Central.

4 Conclusões

Considerando a discussão, é fundamental que valorizemos o movimento de autonomia das mulheres quilombolas, que expuseram suas vidas para nos mostrar, com orgulho e potência, como conseguiram, pouco a pouco e com muita luta, conquistar espaços de poder e ter seu próprio ganha-pão. Ao mesmo tempo, é importante atentarmo-nos também para os lugares que as mulheres passam a ocupar e como ficam as funções antes já desempenhadas por elas. Se, por um lado, tem-se uma libertação da dependência econômica do homem, por outro, inevitavelmente, gera-se uma sobrecarga.

Por ser mulher, mãe, trabalhadora e dona de casa, essa sobrecarga aparece no contexto da não divisão de tarefas do lar.

Os relatos de Vânia e Cristiane indicam que, mesmo não tendo ouvido falar sobre gênero e feminismo por meios formais (acadêmicos), elas reconhecem com bastante propriedade a importância do trabalho feminino na sociedade contemporânea, pois trata-se de uma necessidade vivida e sentida historicamente por elas. A comunidade do Itaboraí, que foi um lugar de passagem de Cabanos e viu transitar o navio com o comunicado da Proclamação da República, hoje nota suas filhas fazendo suas revoluções diárias, seja na educação, na agricultura ou na pesca.

No Itaboraí, cada vez mais as mulheres ganham vozes. O único silêncio que ainda permanece é o do rio, o da pescaria, que é o sustento da “Casa das sete mulheres”, na região de terra firme da comunidade Meio Menino Deus. Notamos que, ao longo desta contribuição acadêmica, foi importante trazer a fala das pessoas que sublinharam uma importante e seminal parte de suas histórias, de modo a compreender a complexidade das relações de trabalho da mulher na Amazônia. Observamos, no decorrer das narrativas, em que medida o trabalho remunerado dá sentido e significado às suas vidas.

Ainda, atentamos igualmente para a questão de a força de trabalho negra, principalmente feminina, continuar reservada às práticas braçais, marginais, dentro de uma sociedade capitalista extremamente desigual. Um trabalho pesado, que sustenta e alimenta, sim, mas que ainda é desvalorizado, desmedido e mal remunerado. Esse tipo de trabalho, somado ao âmbito doméstico e às outras funções designadas às mulheres, inflige um fardo a esses corpos, que dentro da rede de complexidades que envolvem o processo de avanço e retrocesso na luta das marupiaras, guardam também dinâmicas históricas em si mesmos.

Levamos em consideração que o trabalho, inicialmente reservado a elas apenas sob o âmbito doméstico, as tolhia economicamente. No entanto, foi também por meio das tessituras cotidianas com outras mulheres que surgiu a possibilidade de um fortalecimento de laços entre as mulheres e, portanto, houve a possibilidade do encorajamento por uma luta para sair do lugar que ocuparam na história passada. Conforme elas conseguiram ganhar espaço entre os homens, no trabalho braçal, remunerado, elas se potencializaram enquanto trabalhadoras, autônomas, donas de seus sustentos e agora podem avançar cada dia mais.

As marupiaras do Itaboraí são exemplos. Apesar de continuarem sendo responsáveis pelos mesmos cuidados domésticos, que não desaparecem depois de se ausentarem rumo à pesca, elas têm um papel social fundamental. É nesse trâmite de contradições que reside a ação política transformadora: sem respostas definidas, mas com muitas aberturas para a compreensão das diferentes modalidades de micropoderes, novas e velhas maneiras de resistir à dominação, em busca de emancipação, resistências e lutas. São respostas a serem investigadas conforme a história das lutas do presente se mostra, dentro de uma conjuntura de governo desfavorável.

Referências

ALBERTI, V. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 86-104.

ALBUQUERQUE, R.; JUNQUEIRA, C. **Brincando de onça e de cutia entre os Sateré-Mawé**. Manaus: Edua, 2017.

ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Outubro**, [S. l.], n. 23, p. 33-58, 2015.

BITTENCOURT, A. C. R. **Memória do município de Parintins**: estudos históricos sobre sua origem e desenvolvimento moral e material. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2001.

CERQUA, D. A. **Clarões de fé no médio Amazonas**. 2. ed. Manaus: ProGraf, 2009.

COSTA, J. S. L. P. Escravos nos anúncios: compra, venda e aluguel de cativos em Manaus (1854-1884). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Anpuh, 2014. p. 1-9.

COSTA, J. S. L. P. **Por todos os cantos da cidade**: escravos negros no mundo do trabalho na Manaus oitocentista (1850-1884). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, O. M. **Sob o império da nova lei**: o amanhecer da República no Amazonas (1892-1893). Manaus: Fundação Encontro das Águas, 2008.

GONZALEZ, L. Mulher negra. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Guerreiras de natureza**: mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LA BOÉTIE, É. **Discurso sobre a servidão voluntária**. São Paulo: Edipro, 2017.

OLIVEIRA, G. I. F. **Comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri**: autoimagem, construção sócio-histórica e territorial. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

PINHEIRO, L. B. S. P. O livro dos mortos: a Cabanagem através das fontes carcerárias. **Revista Amazonense de História**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 99-130, 2002.

PINHEIRO, L. B. S. P. **Visões da Cabanagem**: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

SILVA, M. C. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017a.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, J. O que explica o Brasil não é o patrimonialismo e o populismo, mas a escravidão. [Entrevista cedida a] Agência Saiba Mais. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 17 out. 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/33YPAeU>. Acesso em: 8 mar. 2019.

SOUZA, J. (org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil e Estados Unidos. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STOLCKE, V. Mulheres e Trabalho. **Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 26, p. 81-117, 1980.

Recebido em janeiro de 2021.

Aprovado em agosto de 2021.